

AS RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS NA ELABORAÇÃO DE CADERNOS DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Simone de Fátima Flach

Karen Cristina Jensen Ruppel da Silva

RESUMO

O texto apresenta a influência do setor privado na elaboração de cadernos do “Programa Mais Educação”, os quais orientam a oferta de educação integral, proposta pelo governo federal, em todo o país. A partir de análise documental expõe como as parcerias público-privadas têm orientado a implementação de políticas educacionais voltadas para a ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola. Ao final aponta para influências significativas do pensamento hegemônico capitalista nos cadernos analisados.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Educação Integral; Programa Mais Educação.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E A EDUCAÇÃO INTEGRAL

As parcerias público-privadas, recorrentes no cenário atual da educação brasileira, são tema de muitas pesquisas na área de políticas educacionais. Peroni (2006, 2013), Fernandes (1994), Bresser-Pereira (2001), entre outros, apontam os desdobramentos desta parceria a partir de diferentes fundamentos teóricos. A relação entre o público e o privado nas políticas educacionais está relacionada a um projeto global, em que os interesses de uma determinada classe prevalecem sobre outra.

Uma das primeiras experiências notáveis de parceria entre o público e o privado, no que diz respeito à educação integral, foi o Programa de Formação Integral da Criança – PROFIC, de 1986 a 1993, no estado de São Paulo, que se diferenciava de outras propostas pela não centralidade no espaço físico da escola, utilizando lugares alternativos e envolvendo diversos setores públicos como também organizações privadas. (MOTA et al, 2012). Em 2007, a perspectiva de não centralidade da escola e de valorização de parcerias, inclusive com o setor privado, ganhou destaque por meio do “Programa Mais Educação”.

Esse programa, diferentemente das demais tentativas de implementação da educação de tempo integral, é uma abrangente alternativa de ampliação do tempo escolar e representa a atual agenda da educação integral no Brasil e a influência do setor privado se evidencia fortemente nos documentos norteadores para sua implementação, principalmente quando se

observa os responsáveis pela elaboração desses documentos, conforme se apresenta no presente texto.

Uma das justificativas para a necessidade da parceria público-privada é a eficiência do setor privado e, por assim dizer, a ineficiência do Estado. Bresser-Pereira (2001), defensor desse modelo, utiliza o termo “propriedade pública”, visto que o que está em foco é o interesse público e, nesse sentido, sendo de todos e para todos. Essa questão justifica o financiamento estatal. Para esse autor os serviços sociais como saúde, educação e também a pesquisa científica são direitos humanos fundamentais e devem ser de propriedade das organizações de caráter público não-estatal.

É preciso esclarecer que a nomenclatura público não-estatal suaviza o termo *parceria público-privada*, pois em geral, quem gerencia essas tais parcerias são grandes corporações ou importantes empresários. O que se evidencia em tal processo é a defesa de interesses privados em ações essencialmente públicas. Portanto, as instituições públicas não-estatais não deixam de ser parcerias público-privadas, e não perdem o caráter de expressão da desigualdade de classes.

A interferência do setor privado no projeto de educação integral no Brasil é acentuada, pois instituições privadas interferem tanto na elaboração de documentos norteadores para sua implementação na escola pública quanto em ações na área de gestão educacional, avaliação de projetos e mobilização social. Algumas organizações conseguiram adentrar em quase toda a oferta de educação pública brasileira, tais como Instituto Ayrton Senna e Itaú social.

No entanto, a relação entre o poder público e a iniciativa privada representa um choque de interesses (e necessidades) da classe trabalhadora e dos grandes detentores do capital, sendo ingenuidade pensar que a educação pública estatal não estaria permeada de interesses privados.

Face aos argumentos apresentados, a análise sobre a influência do setor privado na implementação de políticas educacionais voltadas para a ampliação do tempo de permanência dos alunos em espaço escolar, pode colaborar para o desvelamento dos reais interesses nesse tipo de oferta. Assim, demonstrar os reais objetivos do setor privado na oferta da educação pública pode se constituir em instrumento que possibilite o enfrentamento e consequente mobilização em defesa dos interesses da classe trabalhadora com vistas à superação da sociedade excludente e desigual que impera no capitalismo.

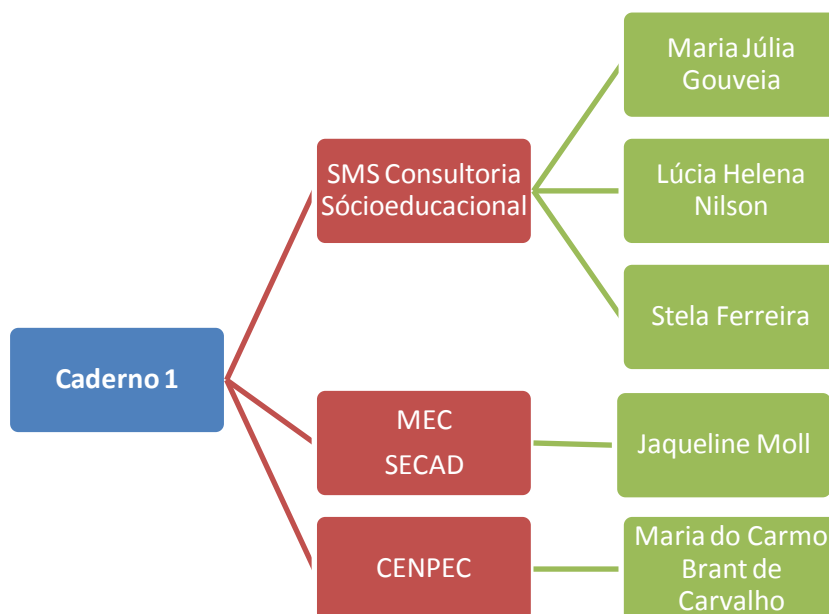
O Programa Mais Educação se caracteriza como proposta de oferta de educação integral nas escolas públicas brasileiras, que se faz por meio de adesão dos Estados e Municípios para sua implementação na realidades locais.

Direcionado para as escolas públicas do país, o poder público, enquanto representante da população que necessita dessa escola, deveria ser o orientador de sua implementação. No entanto, a partir da análise dos documentos norteadores, em especial alguns cadernos do Programa, é possível identificar direcionamentos advindos do setor privado. Para entender como o setor privado se torna parceiro do setor público para a implementação de políticas voltadas para a oferta de educação de tempo integral, analisamos três Cadernos do referido “Programa”: a) Gestão intersetorial no território; b) Texto referência para o debate nacional; c) Rede de saberes, os quais apresentam tanto uma perspectiva teórica quanto possibilidades para a prática de sua implementação na realidade.

Nesse contexto, trazer a tona os sujeitos e as instituições envolvidas na elaboração dos Cadernos colabora no entendimento das concepções adotadas.

O Caderno 1, *GESTÃO INTERSETORIAL NO TERRITÓRIO*: [...] ocupa-se dos marcos legais do “Programa Mais Educação”, das temáticas Educação Integral e Gestão Intersectorial, da estrutura organizacional e operacional do “Programa Mais Educação”, dos projetos e programas ministeriais que o compõem e de sugestões para procedimentos de gestão nos territórios. (BRASIL, 2009a, p.6). Este Caderno teve a colaboração de diferentes sujeitos, conforme pode ser visualizado na figura 1:

FIGURA 1 – AGENTES ENVOLVIDOS NA ELABORAÇÃO DO CADERNO 1 – GESTÃO INTERSETORIAL NO TERRITÓRIO – “PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO” - 2009

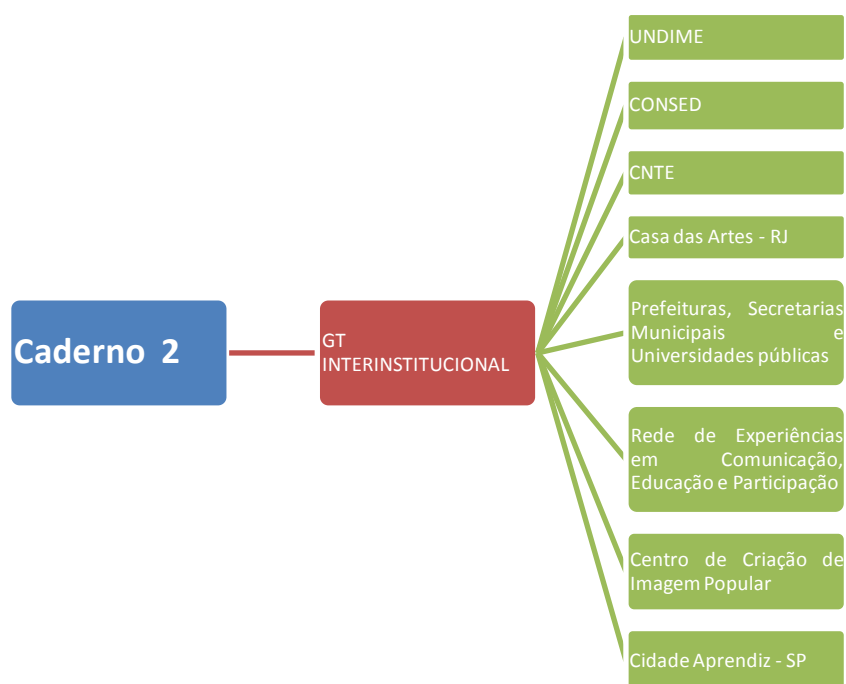


FONTE: Dados da pesquisa (2015). Organizados por Karen Cristina Jensen Ruppel da Silva.

A figura 1 demonstra o envolvimento do CENPEC e da SMS Consultoria Sócio educacional, além do MEC, na produção deste Caderno. Convém esclarecer que, Maria do Carmo Brant de Carvalho era, na época em que o Caderno foi elaborado, coordenadora geral do CENPEC; Lúcia Helena Nilson, Maria Júlia Azevedo Gouveia, e Stela Ferreira são especialistas do Grupo de Consultoria Socioeducacional SMS.

O Caderno 2, *TEXTO REFERÊNCIA PARA O DEBATE NACIONAL*, foi elaborado por diferentes sujeitos, vinculados tanto ao setor público, quanto privado, conforme observado na figura 2.

FIGURA 2 – AGENTES ENVOLVIDOS NA ELABORAÇÃO DO CADERNO 2 - TEXTO REFERÊNCIA PARA O DEBATE NACIONAL– “PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO” – 2009



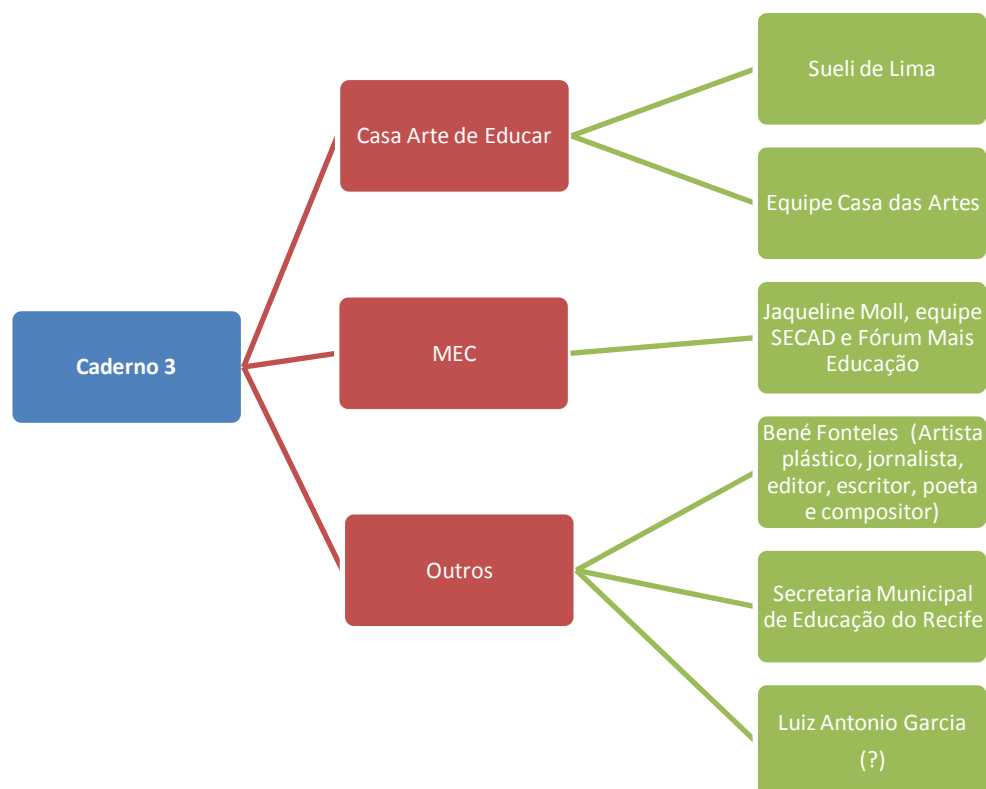
FONTE: Dados da pesquisa (2015). Organizados por Karen Cristina Jensen Ruppel da Silva.

Convém destacar que a Instituição denominada Cidade Aprendiz tem parcerias com Bancos Bradesco e Itaú, CCR, Insituito Inspirare, Moderna literatura, Instituto Natura, Livraria Culltura , Vivo telegônica, dentre outros parceiros vinculados ao setor privado. O mesmo acontece com o Centro de Criação Imagem Popular, que mantém parcerias com Instituto C&A, Oi, Instituto Dynamo, Bernard Van Leer Foundation, instituto Nissan, dentre outros.

Tanto o Caderno 1, quanto o 2, contam com a contribuição do CENPEC, que tem parcerias com: OIT – Organização Intarnacional do Trabalho, UNICEF, Itaú, Votorantin, Petrobrás, e Ministério da Educação.

O caderno 3, *REDE DE SABERES*, conta com a autoria de Sueli de Lima, fundadora da Casa Arte de Educar e teve a colaboração de Bené Fonteles, Equipe Casa das Artes, Equipe da Secretaria Municipal de Educação de Recife/PE, Luis Antonio Garcia, Equipe técnica da Coordenação Geral de Ações Educacionais Complementares da Secad/MEC, e Fórum Mais Educação.

FIGURA 3 - AGENTES ENVOLVIDOS NA ELABORAÇÃO DO CADERNO 3 – REDE DE SABERES – “PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO” – 2009



FONTE: Dados da pesquisa (2015). Organizados por Karen Cristina Jensen Ruppel da Silva.

A respeito de Bené Fonteles e Luiz Antonio Garcia, não foi possível estabelecer maiores relações entre esses sujeitos e os Cadernos, ou entre eles e instituições privadas. A Casa Arte de Educar existe desde 1999 e apresenta como missão “promover ações de educação e cultura capazes de contribuir para a qualificação das políticas públicas de educação, cultura e direitos humanos”, tem como parceiros o Criança Esperança – vinculado a Rede Globo, a Petrobrás, a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e o Departamento de Psicologia da UFRJ.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise a respeito dos sujeitos envolvidos na elaboração dos Cadernos do “Programa Mais Educação” evidencia claramente a influência de instituições privadas na educação pública. Essa influência da iniciativa privada na oferta de educação pública mostra o quão contraditório é o planejamento de políticas direcionadas para a classe trabalhadora, o que pode indicar como a educação cumpre um papel determinante para a formação de indivíduos conformados com a lógica capitalista.

Em razão dos limites do presente texto, aqui coube a denúncia da influência de interesses privados em materiais que orientam uma proposta para a escola pública. Esses interesses representam as intenções da classe dominante que colidem diretamente as da classe trabalhadora, público alvo da proposta do “Programa Mais Educação”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação, Secad. Programa Mais Educação. Educação integral: Programa Mais Educação: **gestão intersetorial no território**. Brasília, 2009a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cader_maiseducacao.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.

_____. Ministério da Educação, Secad. Programa Mais Educação. Educação integral: **texto referência para debate nacional**. Brasília: 2009b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.

_____. Ministério da Educação, Secad. Programa Mais Educação. Educação integral: **rede se saberes**. Brasília: 2009c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: PINHEIRO, WILHEIM e SACHS (orgs.). **Brasil: Um Século de Transformações**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001. p. 222-259.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.

MOTA, C. N. da; et al. Políticas de educação em tempo integral em tempos de parcerias público-privadas. **Comunicações**. Piracicaba. Ano 19, n. 2, p. 75-88, jul.-dez, 2012.

PERONI, V. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V.; BAZZO, V. L.; PEGORARO, L. (Orgs.). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. p. 11-23.

_____. Redefinições no papel do Estado: parcerias Público-privadas e a democratização da educação. **Arquivos Analíticos de Política Educativa**. v. 21, n. 47; p. 1 – 17, maio/2013. Disponível em: < epaa.asu.edu/ojs/article/download/1166/1112 >. Acesso em: 28 jan. 2016.